

Resultados das urnas reflete desigualdade

VELHA POLÍTICA

OS NEM TÃO NOVOS OCUPANTES DO PODER

Mesmo com novas regras para diminuir desigualdade de representação no Legislativo, a maioria dos prefeitos e vereadores eleitos em Minas neste ano são homens e brancos

GABRIEL ROMAN

Desigualdades sociais que continuam superando o peso de políticas públicas. Em dezembro de 2021, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional 111 numa tentativa de aumentar o número de políticos negros e de mulheres no Poder Legislativo. Neste ano, porém, a medida pouco surtiu efeito na última eleição municipal — a primeira do tipo com as novas regras. Números do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) segmentados pelo Núcleo de Dados do EM mostram que 91,9% dos prefeitos eleitos em Minas são homens — somente 8,1% são mulheres. Ao mesmo tempo, os brancos vão governar 65,6% das cidades mineiras, ante um número de 30,6% de pardos e 2,8% de pretos nas cadeiras mais cobçadas do pleito. Amarelos, indígenas e aqueles que não informaram somam 1%.

Os dados não consideram as nove cidades mineiras onde ainda não há definição do prefeito por conta de anulações da Justiça Eleitoral. Em números absolutos, são 554 prefeitos brancos, 258 pardos, 24 pretos, dois amarelos e dois indígenas. Outros quatro não informaram suas cores.

Quando se olha para o cargo de vereador, a realidade é menos desafiadora, mas os brancos ainda são maioria. Dos 8.526 parlamentares eleitos em Minas, mais da metade são brancos: 4.508 (52,9%). Os pardos somam 3.209 (37,6%), pretos 708 (8,3%), amarelos 37 (0,4%) e indígenas 14 (0,2%). Outros 50 (0,6%) políticos eleitos para o legislativo das cidades



RESULTADOS DAS URNAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DESTA ANO MOSTRARAM QUE AS MULHERES NÃO CHEGAM A 10% DAS PESSOAS ESCOLHIDAS PARA COMANDAR AS PREFEITURAS EM MINAS GERAIS

não preencheram a informação junto ao TSE. Se nove em cada 10 prefeitos são homens, na vereança 84,4% dos escolhidos pelo eleitor são do sexo masculino — 7.194 dos 8.526. As 1.332 mulheres vencedoras alcançam 15,6% do universo total.

Em comparação a 2020, esses dados praticamente não mudaram, apesar das novas regras aprovadas pelo Congresso (veja mais abaixo). O número de negros (soma entre pardos e pretos) aumentou dois pontos percentuais entre os vereadores, enquanto entre os prefeitos o crescimento não chega a cinco pontos percentuais.

Quando o recorte é o de gênero, o número de eleitas se elevou somente 1,6 ponto entre as vereadoras e 0,8 ponto entre as prefeitas.

“Esses números mudaram pouco em função do fato de que a questão racial acompanha a econômica. Vale lembrar que as campanhas eleitorais exigem recursos financeiros. Isso pesa muito, ainda mais na corrida dos vereadores. Muitos não contam apenas com o apoio da verba oficial, que vem dos partidos (há, ainda, a possibilidade de receber doações de pessoas físicas). Como a população branca detém o maior poder aquisitivo, ela sai na frente”, afirma o cientista político Paulo Ramirez, professor da ESPM.

ENTENDA AS REGRAS

Desde a eleição federal de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na esteira da

Emenda Constitucional 111 promulgada pelo Congresso em setembro de 2021, exige que a distribuição do Fundo Especial para Financiamento de Campanhas seja proporcional ao número de candidatos negros de cada legenda. Aqui, se considera a soma entre pardos e pretos.

Além disso, o mesmo texto criou uma regra que faz votar em negros valer o dobro, em relação às outras raças, para contabilizar a distribuição dos fundos de financiamento de campanha. Essa medida tem o objetivo de impulsionar o investimento dos partidos nas candidaturas negras. Informa o Guia Eleitoral para Candidaturas Femininas e Negras, elaborado pelo Senado Federal neste ano. O tempo de propaganda

ASSIMETRIA NA GRANDE BH

A desigualdade vista em Minas Gerais permanece, mas é menor na Grande BH. Dos 34 prefeitos eleitos, exatamente a metade é negra. São 17 brancos, 16 pardos e um preto (Alberto Pires, do Avante, que vai governar Caeté). A assimetria é maior quanto ao gênero na Região Metropolitana da capital. São apenas quatro mulheres nas cadeiras do Executivo: Professora Andressa (PSB), em Mário Campos; Marília Campos (PT), em Contagem; Márcia Lopes (Progressistas), em São José da Lapa; e Ritinha (Progressistas), em Sarzedo.

eleitoral gratuita em rádio e TV também deve ser proporcional ao número de candidaturas negras. No entanto, é permitido aos partidos remanejar esse tempo de exposição midiática dos candidatos. Portanto, caso numa semana a veiculação não seja proporcional, as agremiações devem compensar esse desequilíbrio em semanas posteriores.

E QUEM NÃO CUMPRIR?

Deveria ser punido, mas não é o que acontece no frigor dos ovos. Manobras do Congresso Nacional costumam salvar partidos que descumprem as regras. Em agosto último, Câmara e Senado promulgaram a PEC da Anistia, que perdou sanções impostas as legendas que não seguiram o regulamento.

O texto, além de perdoar as punições, diminuiu de 50% para 30% a proporção de recursos reservados para candidaturas de pessoas negras. Na prática, quem descumpriu as regras em 2022 só terá que compensar as repasses a partir das eleições

de 2026, quando o Brasil volta às urnas para escolher deputados federais e estaduais, senadores, governadores e o presidente da República.

“A PEC da Anistia mostra a força das elites. Não tivemos nenhum avanço nessa última eleição. Neste ano, especificamente, temos também o peso das emendas parlamentares para a reeleição das pessoas. Aquelas que fizeram uso da máquina tiveram muito mais chances do que os outros candidatos, então a gente mantém as desigualdades de sempre”, afirma o professor da UFMG Cristiano dos Santos Rodrigues, que pesquisa ciência política e identidade étnica.

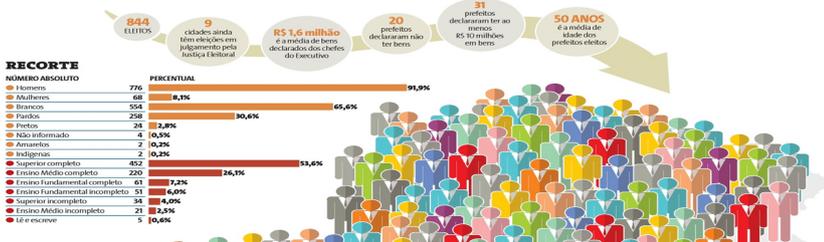
A PEC da Anistia também perdou dívidas que determinadas agremiações tinham com a Justiça Eleitoral por conta de irregularidades em prestações de contas. Fidei, sem considerar as manobras do Congresso, um partido que descumpra as regras existentes pode receber multas monetárias ou até suspensão do recebimento de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de

VELHA POLÍTICA

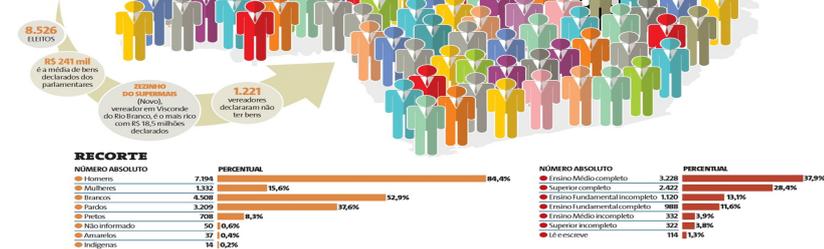
O PERFIL DOS ELEITOS EM MINAS GERAIS

INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) SEGMENTADAS PELO EM MOSTRAM O PERFIL DEMOGRÁFICO DOS VENCEDORES DO PLEITO

RAIO-X DOS PREFEITOS



RAIO-X DOS VEREADORES



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 4 e 5